

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.559 - RJ
(2019/0180245-3)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
EMBARGANTE : SPE SILVIA POZZANA - EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA
ADVOGADOS : ALEXANDRE VARELLA PIRES DA SILVA - RJ154217
EDUARDO ABREU BIONDI - RJ136258
CAMILA DONATO JORDÃO - RJ208862
ANA CAROLINA SILVA MELLO - RJ222755
EMBARGADO : CARLOS EUGENIO DE SOUZA BRAGA
ADVOGADO : ALESSANDRO STERN DA SILVA - RJ107634

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por SPE Silvia Pozzana – Empreendimento Imobiliário Ltda. à decisão proferida por esta relatoria nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 769):

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS. 1. PARTE AGRAVANTE QUE REBATEU, AINDA QUE SUCINTAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. 3. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. 4. RESILIÇÃO CONTRATUAL E NÃO APERFEIÇOAMENTO DO NEGÓCIO JURÍDICO. REVISÃO. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 5. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS. RETENÇÃO FIXADA EM 20%. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. REVISÃO INCABÍVEL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. 6. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 7. AGRADO CONHECIDO, MEDIANTE JUÍZO DE RETRATAÇÃO, PARA CONHECER

PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Alega a embargante a existência de obscuridade na decisão embargada, em relação à majoração dos honorários para 12% em favor da parte recorrida, porquanto, "tendo sido reconhecida pela 25ª Câmara Cível a sucumbência recíproca, a parte recorrida foi condenada a pagar honorários de sucumbência no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, mas, se é certo que esses honorários por óbvio não são majorados, é razoável requerer que seja esclarecida a obscuridade para reafirmar se eles continuam devidos apesar da negativa de provimento ao RESP, no percentual indicado pela Corte *a quo*" (e-STJ, fl. 779).

A impugnação não foi apresentada (e-STJ, fl. 785).

Brevemente relatado, decido.

Os embargos de declaração são cabíveis quando existir no julgado omissão, contradição, obscuridade ou ainda erro material, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

A embargante entende que o percentual de 2% majorado no julgamento da decisão embargada seria somado aos 10% já arbitrados pela Corte de origem totalizando 12%, o que, ao seu ver, não seria possível.

Contudo, tendo o TJRJ, no julgamento do acórdão recorrido que deu parcial provimento ao apelo da ora embargante, fixando os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, em razão da sucumbência recíproca, também os honorários recursais devem ter por base de cálculo esse valor.

Desse modo, o percentual de 2% aplicado na decisão embargada não se soma aos 10% atribuídos no acórdão recorrido, como entendeu a recorrente.

Impende registrar que não se pode confundir os honorários sucumbenciais previstos no art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015 com os honorários recursais estabelecidos no art. 85, § 11, do mesmo Código, como pretende a embargante.

Portanto, a decisão embargada não possui vício a ser sanado por meio dos

Superior Tribunal de Justiça

embargos de declaração, apenas se constata o nítido caráter modificativo da parte embargante, medida inadmissível nesta espécie recursal.

Evidente, portanto, a impossibilidade de acolhimento dos presentes aclaratórios, pois devidamente motivada e fundamentada a decisão, além de não ter sido demonstrada a ocorrência de nenhuma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator